

D. Amélia, a grande

Laurence Catinot-Crost, *Amélie de Portugal, princesse de France*, Biarritz, Atlantica, 2000, 382 páginas.

O presente interesse dos monárquicos franceses por D. Amélia pode ter várias explicações. Por um lado, a última rainha de Portugal foi também a última princesa da casa real de França a ser rainha. Por outro lado, o conde de Paris tem concedido acesso ao espólio da rainha, que compreende a correspondência, o diário e uma colecção de documentos melindrosos que D. Amélia juntara com instruções para serem queimados depois da sua morte. A vontade da rainha não foi cumprida, e esses documentos sobrevivem. Laurence Catinot-Crost recusou-se, muito pudicamente, a utilizar a documentação mais delicada, ao contrário do que terá feito o jornalista Stéphane Bern na sua ficção *Moi, Amélie, dernière reine de Portugal* (1997)¹. No resto, as citações, as anedotas e as reflexões do livro de Catinot-Crost, o seu segundo sobre D. Amélia², são semelhantes às que compõem a narrativa de Bern. Esta mútua confirmação é a única garantia de objectividade destes textos, porque a falta de referências e de indicações bibliográficas faz com que, por vezes, não seja fácil distinguir entre o que é intuição ou ideia feita e o que é sustentado pela documentação. O texto de Catinot-Crost — uma mistura de crónica piedosa e antologia documental — segue de perto o diário da rainha. Este, pelas amostras, parece consistir em pouco mais do que uma espécie de agenda do dia, com os sentimentos reduzidos a notas telegráficas

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Stéphane Bern, *Eu, Amélia, Última Rainha de Portugal*, trad. de D. C. Garcia, Porto, Civilização, 1999.

² Laurence Catinot-Crost, *Amélie, princesse de France, reine de Portugal (1865-1951)*, Biarritz, J. et D. Éditions, 1996. É uma versão breve do livro de 2000.

(triste, alegre). Curiosamente, nunca se cita correspondência da rainha com D. Carlos, com os filhos ou com personagens portuguesas, apesar de alguma desta estar publicada³. À autora sobeja em boa vontade o que falta em formação histórica e em habilidade literária. Como é costume até em exercícios mais académicos, o leitor português pode divertir-se com as deliciosas transfigurações que fazem Ferreira do Amaral surgir como «Feirreira da Amarati» e Roque Gameiro sob a forma de «Rome Gamiero» (pp. 101 e 191). Em geral, a não ser pelos pormenores da intimidade com D. Carlos, nem o livro de Catinot-Crost nem o de Bern ultrapassam o que Lucien Corpechot, um amigo de D. Amélia, publicou em 1914 e que estabeleceu o modo como a rainha quis que se visse o seu tempo em Portugal⁴.

No entanto, a história da princesa de França que foi rainha de Portugal é, no mínimo, fascinante. Catinot-Crost começa por onde deve, isto é, pelos ascendentes de D. Amélia, embora confusamente. Aquilo que é uma convenção biográfica na maior parte dos casos constitui, no caso de um membro de uma família real, um ponto de partida obrigatório. Amélia era a filha mais velha do conde de Paris, chefe do ramo de Orleães da família real de Bourbon⁵. O conde de Paris tinha sido o neto em quem Luís Filipe, rei dos Franceses (1830-1848), tentara, sem sucesso, abdicar em 1848. De 1848 a 1871, os Orleães viveram em Inglaterra, onde D. Amélia nasceu (1865). Eram uma família numerosa, com alguns meios de fortuna (sobretudo depois de 1871, quando recuperaram as suas propriedades em França), e aparentada, entre outras, com a família real espanhola (a mãe de D. Amélia era sobrinha de Isabel II) e com a casa imperial do Brasil (um primo do pai de D. Amélia era o marido da filha de D. Pedro II)⁶. A endogamia praticada pelos Orleães fez com que os pais de D. Amélia fossem primos direitos (o avô paterno e o avô materno de D. Amélia eram, respectivamente, o mais velho e o mais novo dos sete filhos de Luís Filipe). Isto não impediu que o pai e a mãe de

³ E. g., Rodrigues Cavalheiro (ed.), *Cartas de Sua Majestade a rainha senhora D. Amélia, a D. Manuel de Bastos Pina, Bispo-Conde de Coimbra*, Lisboa, 1948, e José de Campos e Sousa (ed.), *Cartas de Sua Majestade a Rainha Senhora Dona Amélia*, Lisboa, 1951. Sabe-se que, em 1935, a rainha ainda não tinha recuperado os papéis particulares que deixara em Portugal (v. Marquês do Lavradio, *Memórias*, Lisboa, Ática, 1993, p. 178).

⁴ V. Lucien Corpechot, *Souvenirs sur la reine Amélie de Portugal*, Paris, Pierre Lafitte, 1914. Corpechot publica extractos de correspondência de D. Amélia que Catinot-Crost volta a reproduzir, sem indicar a proveniência.

⁵ Eu próprio segui as indicações constantes dos quadros de Jiri Louda e Michael Maclagan, *Les dynasties d'Europe. Héraldique et généalogie des familles impériales et royales*, Paris, Bordas, 1993, quadro n.º 70.

⁶ As ligações entre os Braganças e os Orleães reforçar-se-iam no século xx. Mais tarde, tanto o conde de Paris, sobrinho de D. Amélia, como D. Duarte Nuno, neto do rei D. Miguel e sucessor de D. Manuel II como pretendente ao trono, casariam com filhas do príncipe do Grão-Pará, neto de D. Pedro II.

D. Amélia fossem muito diferentes entre si. Isabel de Montpensier, a mãe de D. Amélia, conservou a brutalidade excêntrica, mais ou menos plebeia, que tornara célebres os Bourbons espanhóis. Fumava, bebia aguardente e era uma incansável caçadora. Nunca se coibiu de esbofetear os filhos em público. Amélia (conhecida em casa por *la grande*) foi a principal vítima das suas violências e vexames, o que fez a jovem princesa ansiar constantemente pelas temporadas passadas em casa de familiares. O pai foi sempre incapaz de defender a filha. Segundo D. Amélia, a mãe «dominava-o em absoluto». O conde de Paris levantava-se cedo, às 6 da manhã, para ler e estudar. O colapso do império de Napoleão III, em 1870, deixou-o regressar a França. Para aumentar as hipóteses de uma restauração reconheceu o conde de Chambord, o último representante do ramo mais antigo dos Bourbons, como pretendente ao trono. Chambord comprometeu tudo, recusando aceitar os compromissos que talvez tivessem possibilitado a restauração. O conde de Paris, que lhe sucedeu como pretendente em 1883, quis adaptar a monarquia à democracia moderna⁷. Em 1861 correria a alistar-se nas tropas dos Estados Unidos, que combatiam a secessão dos estados escravagistas do Sul. Na década de 1880 causou sensação devido à sua simpatia pelo socialismo. Mais do que as antigas tradições da dinastia, cultivava o patriotismo, que o levou, sem êxito, a pedir o alistamento no exército francês em 1870, durante a guerra com a Alemanha.

Amélia cresceu em grandes casas, viajou muito, frequentando os palácios dos seus parentes espanhóis. A correspondência e as visitas ajudaram-na a compenetrar-se das memórias e do património da família e a desenvolver uma vocação de princesa. Seguiu a «propaganda» da «causa» monárquica com interesse e preocupação. Tinha opiniões sobre a estratégia do pai e fazia juízos sobre os seus conselheiros. Mais do que a arrogância dinástica dos antigos Bourbons, reconhece-se nela o desejo orleanista de ser aceite no mundo moderno, ou por aquilo que ela identificava com o mundo moderno: os literatos e os radicais das cidades. Amélia gostava de teatro e ópera. Pintava e lia muito, preocupando-se em escrever aos autores dos livros de que mais gostava. Em casa do tio, o quase republicano duque de Aumale, conversou com os escritores e músicos em evidência em Paris. O pai incentivou a sua paixão pela França, levando-a consigo em longas viagens de caminho de ferro. O resultante fogo patriótico fê-la logo excluir a possibilidade de casar com um príncipe alemão. O seu matrimónio com D. Carlos aconteceu depois de falharem várias hipóteses austríacas e espanholas, quer devido à falta de dinheiro dos possíveis noivos, quer, no caso de Francisco-Fernando, o herdeiro da Áustria, por causa da oposição de Bismarck (é

⁷ Sobre os Orleães é essencial a grande biografia de Guy Antonetti, *Louis-Philippe*, Paris, Fayard, 1994.

curioso pensar que Amélia, em vez da tragédia do Terreiro do Paço, teria passado pela de Serajevo). Outro óbice era a elevada estatura da princesa (1,82 m), característica dos Bourbons (em fotografias, a cabeça de D. Amélia paira geralmente acima de todas as outras). D. Amélia, aos 20 anos, nunca encarou o consórcio como um simples caso de coração. No seu diário, mais do que o amor do príncipe, sustentado por um interesse comum pela caça e pela pintura, era a perspectiva de uma «vida de grandes deveres» que verdadeiramente a fascinava⁸. Os íntimos da princesa acharam D. Carlos muito jovem e baixo em relação à princesa. Ingenuamente, acreditaram que D. Amélia predominaria no casal.

Há três problemas que é importante esclarecer sobre a temporada de D. Amélia como princesa e rainha em Portugal (1886-1910). Em primeiro lugar, o modo como ela entendeu o papel de rainha e o pôde desempenhar numa monarquia reduzida a um regime semipresidencial, em que o rei continuava a exercer os poderes da Carta Constitucional, mas sem o amparo de uma cultura dinástica, de recursos financeiros ou de uma corte numerosa e influente que dessem uma base social ao seu poder político⁹; em segundo lugar, a relação com D. Carlos, uma personagem até hoje deficientemente interpretada; em terceiro lugar, as origens da péssima imagem pública da rainha. Os documentos publicados permitem avançar algumas hipóteses sobre estas questões.

Ao princípio, tudo começou bem. O festejos do casamento de D. Amélia com D. Carlos foram preparados por um governo da esquerda antifontista em que entravam os principais responsáveis pela campanha contra D. Luís em 1878. Tradicionalmente, os antifontistas haviam promovido o príncipe real D. Carlos contra D. Luís e o seu «valido» Fontes. Por isso, a primeira impressão de D. Amélia em Portugal foi a de uma apoteose. De resto, não sofreu uma má experiência com as multidões até ao contacto com os estudantes de Coimbra em 1892. Em 1889, aos 24 anos, D. Amélia tornar-se-ia subitamente rainha. Perante o *ultimatum* britânico de 1890, apeteceu-lhe pegar em armas¹⁰. Tal como a mãe, era uma amazona que gostava de andar a cavalo e adorava caçar. Depois de um passeio de automóvel com o cunhado a grande velocidade, anotou no diário: «sensation agréable et de danger» (p. 133). No entanto, o ofício de reinar depressa se resumiu a «estar horas de pé, a apertar as mãos húmidas» dos convidados, ou a abrir bailes, valsan-

⁸ Corpechot, *Souvenirs*, cit., p. 80.

⁹ V. Rui Ramos, «D. Carlos, rei», in AAVV, *D. Carlos de Bragança, a Paixão do Mar*, Lisboa, Expo-98-Fundação da Casa de Bragança, 1996, pp. 114-151, e *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. VI da *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, pp. 93-105.

¹⁰ Corpechot, *Souvenirs*, cit., p. 130.

do com embaixadores velhos (p. 91). Como se vê pela correspondência e diário, D. Amélia nunca deixou que a vida doméstica a fizesse perder de vista a vida pública. Simplesmente, depressa descobriu que ninguém previra um papel propriamente político para a rainha. A começar por D. Carlos. O rei, cuja correcção é atestada por muitas fontes, tratou-a sempre muito bem, um pouco paternalmente, mas escusou-se sempre a discutir assuntos de Estado com ela (no livro de Corpechot, a rainha reivindicaria para si própria parte dos triunfos diplomáticos então atribuídos a D. Carlos). Quanto aos ministros, nunca lhe deram qualquer atenção¹¹. Obviamente, isto reflectiu-se imediatamente na sua capacidade para formar um círculo de fiéis — sobretudo num meio em que a influência se comprava a peso de empregos e favores do Estado. Catinot-Crost e Bern, tal como Corpechot antes deles, sublinham as tensões no paço entre a rainha e os cortesãos. Aparentemente, a rainha nunca revelou grande paciência para as intrigas e ciumeiras típicas do meio. As suas confidentes continuaram a ser as suas amigas de infância, com quem se correspondia. Em Lisboa, deu confiança a pouca gente, quase sempre a mesma: a duquesa de Palmela, as condessas de Figueiró, Sabugosa e Seisal e ainda D. Isabel Saldanha da Gama. Muito possivelmente, esta princesa cosmopolita e letrada, habituada às grandes casas europeias, não conseguiu esconder o desprezo pelos restos pelintras de uma nobreza insignificante. O mesmo se passou em relação aos escritores da moda em Lisboa, como Teófilo Braga ou Guerra Junqueiro, que ela achou atrasados, com ideias à 1848, que já tinham passado de moda em Paris¹². Do outro lado da barricada, basta ler o diário do conde de Mafra para notar o rancor que a rainha e a sua «favorita» Pepita podiam despertar¹³.

O isolamento da rainha deve ter sido agravado pela preenchida vida sexual que D. Carlos manteve fora de casa. Desde 1893-1894, o rei ausentou-se cada vez mais do palácio, e Amélia viu-se atormentada por cartas anónimas a denunciar as escapadelas do marido. Quando o rei saiu em viagem à Europa, no Outono de 1895, a rainha sentiu-se humilhada pelo aferro pecaminoso com que ele permaneceu em Paris. Em 1907, D. Carlos instalara uma amante americana em Lisboa¹⁴. É óbvio que isto a feria pessoalmente, mas sobretudo politicamente, por a diminuir na corte. D. Amélia passou sempre muito tempo sozinha, como quando ia caçar para Mafra, ou se deixava ficar na Pena, em Sintra, a pintar. Na década de 1890, perante as mortes do pai e dos tios, fez-se melancólica. Tudo lhe despertava «saudades».

¹¹ Id., *ibid.*, pp. 157-159.

¹² Id., *ibid.*, pp. 152-153.

¹³ *Diário de Um Monárquico, 1908-1910*, ed. de Gustavo de Mello Breyner e Andresen, Lisboa, 1993.

¹⁴ Mais pormenores em Bern, *Eu, Amélia*, pp. 132-133, incluindo a separação de facto entre o rei e a rainha.

Quando soube do assassinato da imperatriz Isabel da Áustria, escreveu que o anarquista italiano julgara talvez matar uma privilegiada e matou apenas uma infeliz, para quem a vida era insuportável (pp. 122-123).

Tal como a sogra, D. Maria Pia, D. Amélia também investiu na caridade, mas de uma forma institucional e científica. Patrocinou, entre outros, a organização dos dispensários infantis em Lisboa, que visitava três vezes por semana, e ainda a Assistência Nacional aos Tuberculosos (1899). Tal como pode verificar-se pelas notas das suas visitas aos hospitais de guerra em França em 1914 (pp. 245-252), a rainha desejava genuinamente fazer bem de uma maneira organizada e moderna. Em contrapartida, esperava que os objectos da sua solicitude se mostrassem alegres e agradecidos. Daí que o seu espanto tenha sido grande quando constatou que, apesar das suas proezas caritativas, não era estimada, ao contrário do que acontecia com a sogra, D. Maria Pia, a quem ela sempre achou uma cabeça de vento, dada ao fausto e à soberba (p. 126). Mas D. Maria Pia, filha de Vítor Emanuel II, o inimigo do papa, tinha reputação de «espírito forte», o que fazia os liberais perdoarem-lhe todos os outros defeitos¹⁵. D. Amélia, pelo contrário, filha do conde de Paris, o inimigo principal da República Francesa, sofreu desde o primeiro dia da duvidosa fama de ser «devota». Em 1909, os radicais não tinham dúvida em classificar D. Amélia, «estrangeira, beata, reaccionária», como a chefe do «partido clerical»¹⁶. No entanto, a rainha não era uma beata. Sempre experimentara uma invencível repugnância pelo catolicismo espanhol, «supersticioso», da avó, a infanta Maria-Luís de Bourbon, duquesa de Montpensier. Ela própria se encarregou da educação religiosa dos filhos, dispensando os serviços dos padres (pp. 43, 97)¹⁷.

Em 1910, a esquerda constitucional, então no governo, esforçou-se por emendar a reputação de D. Amélia, louvando-a como uma «rainha liberal, tolerante, democratizada, quase republicana». Os republicanos nunca se comoveram com esta versão, nem mesmo quando a direita católica começou também a ofender a rainha, em 1910, durante o governo esquerdista de Teixeira de Sousa¹⁸: «Se os clericais e os seus aliados atacam hoje a Sr.^a D. Amélia, não é porque ela não leia pelo seu breviário, mas porque, aconselhando-se ultimamente com o travesseiro, decidiu-se a pecar, confiada em que no confessional encontrará oportunamente perdão¹⁹.» Em suma, não havia nada que D. Amélia pudesse fazer para atenuar o ódio da esquerda

¹⁵ João Chagas, *Cartas Políticas*, Lisboa, 1910, vol. v, pp. 107-112.

¹⁶ V., e. g., António de Albuquerque, *A Execução do Rei Carlos*, Bruxelas, Imprimerie Liberté, 1909, pp. 18 e 92.

¹⁷ Corpechot, *Souvenirs*, cit., pp. 172-173.

¹⁸ V. Ramos, *A Segunda Fundação*, pp. 352-360.

¹⁹ V., e. g., «Coração de mulher», in *A Capital*, 29-9-1910.

radical e também o desdém de todos os cavalheiros educados e empregados pelo Estado e que então eram geralmente «liberais». Eça de Queirós percebeu isso em 1898, quando dedicou à rainha um artigo galanteador na *Revista Moderna* e sentiu imediatamente uma cortina de gelo cerrar-se à sua volta em Lisboa, até mesmo em casa do pai, juiz e par do reino, onde se conservou sobre o acto «um silêncio pudico», como se louvar a rainha fosse coisa extremamente embaraçosa para um cavalheiro²⁰. O catolicismo da rainha parece ter sido do género «liberal», como o representado pelos condes de Samodães, com quem, aliás, D. Amélia se dava bem²¹. Muito provavelmente, foi precisamente esta tendência que a deixou na pior situação, privada da simpatia dos integristas e perante a hostilidade dos livre-pensadores. No entanto, talvez que, sem o impasse político que se atingiu por volta de 1904-1905 — e que, tal como em 1878 ou em 1895, colocou a monarquia no centro das brigas e intrigas dos partidos —, estes rancores facciosos nunca tivessem afectado a vida da família real²². Desde 1906, D. Amélia teve de suportar estoicamente a irreverência e a má criação das ruas e jornais de Lisboa, como durante a célebre tourada no Campo Pequeno em que foi desfeiteada pelo público. As memórias de Raul Brandão ou o romance pornográfico *O Marquês da Bacalhoa* (1908), de António de Albuquerque, dão uma ideia das infâmias com que a má-língua lisboeta brindou a rainha²³.

Em Fevereiro de 1908, aos 43 anos, D. Amélia, vestida de luto, pôde, finalmente, cumprir a missão para que nascera: reinar. Agora era ela quem presidia às reuniões dos chefes políticos, lia os despachos, falava com os funcionários e redigia os textos em nome do rei²⁴. Quando a mulher do representante da França se apiedou da sua sorte, a rainha pô-la no seu lugar: «Quand on est dans le métier, on ne lâche jamais» (p. 182). Desde cerca de meados da década de 1890, D. Amélia andara quase sempre descontente com os governos do rei. Em 1907, durante a ditadura de João Franco, a rainha incentivara os chefes políticos para que não se submetessem ao governo. Segundo Catinot-Crost, procurou mesmo projectar o príncipe D. Luís Filipe como uma alternativa a D. Carlos (p. 171). No fundo, porém, entre D. Amélia e D. Carlos não havia diferenças de fundo, mas de estilo. Ambos partilhavam

²⁰ Eça de Queirós, carta a Emília de Castro, 16-4-1898, in Eça de Queirós-Emília de Castro, *Correspondência Epistolar*, ed. Campos Matos, Porto, Lello, 1995, p. 500.

²¹ V. Bern, *Eu, Amélia*, pp. 138-140, onde é sugerido um agravamento da devoção da rainha depois do acidente de Dezembro de 1887, em que perdeu a filha.

²² V. Ramos, *A Segunda Fundação*, pp. 249-267.

²³ Stéphane Bern dá crédito à história de um idílio silencioso e correcto com Mouzinho de Albuquerque (*Eu, Amélia*, p. 226). Não se percebe se é uma fantasia architectada sobre os rumores da época ou sobre os tais documentos melindrosos que a rainha queria queimados.

²⁴ Corpechot, *Souvenirs*, p. cit., 216.

a mesma visão orleanista da monarquia. O conde de Chambord deixara uma explicação para a intransigência com que comprometera a hipótese de os Bourbons voltarem ao trono de França: todas as concessões que fizesse para aceder ao trono seriam apenas as primeiras. A monarquia assim restaurada seria sempre uma monarquia fraca, vulnerável e de que não valia a pena ser rei. Os Orleães nunca aceitaram as razões do ramo mais velho. Compreender isto é essencial para compreender o papel que D. Amélia quis representar no reino de Portugal, sobretudo quando, como disse um seu admirador francês, se transformou na Jeanne d'Arc da monarquia portuguesa (p. 197). A rainha estava convicta de que o monarca constitucional deveria ser um conciliador de partidos e de «forças vivas» (p. 205). Como disse ao conde-bispo de Coimbra em 1895, não queria ser a rainha de alguns, porque «sou e devo ser de todos», e por isso nunca se comprometeria «nas paixões e exageros de uns, nem nas paixões e exageros de outros»²⁵. Era o meio-termo dos Orleães. Para D. Amélia, a monarquia não era simplesmente uma força conservadora, um símbolo do passado. A rainha acreditava que a «transformação social desejada pela Europa» só poderia ser efectuada pacificamente sob a direcção de um monarca (p. 244).

Esta política de «monarquia liberal» não era nova em Portugal. Era mesmo um dos fundamentos de todo o reformismo constitucional²⁶. Não por acaso, o conselheiro mais próximo de D. Amélia nesta época foi Venceslau de Lima, um antigo seguidor de Barjona de Freitas na esquerda dinástica. Não admira, assim, que, em 1908, D. Amélia arrastasse o filho para a «acalmção», presidida pelo almirante Ferreira do Amaral, um amigo de Afonso Costa e futuro senador da República. A rainha chegou a receber José de Alpoim, geralmente acusado de mandante no regicídio. Já não era a primeira vez que acolhia vassalos pródigos. Em 1892, o tenente Homem Cristo, do directório do PRP e implicado na revolta do 31 de Janeiro, mal emergiu dos conselhos de guerra de Leixões, entrara ao serviço da guarda ao Paço e fora promovido a capitão. Tanto D. Carlos como D. Amélia, confiados na sua capacidade de deslumbrar e satisfazer ambições, seguiam esta política de «captação», embora a despesa com sorrisos e amabilidades ficasse por conta da rainha, que, assim, alimentava o narcisismo dos cavalheiros visados²⁷.

No entanto, a rainha inovou num ponto fundamental em relação a D. Carlos. Convencida de que o marido se perdera por haver tomado partido nas guerras entre os chefes políticos, D. Amélia impôs a D. Manuel uma espécie

²⁵ Rodrigues Cavalheiro, *Política e História*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1960, p. 61.

²⁶ Rui Ramos, *Liberal Reformism in Portugal: Oliveira Martins, the Movement for a New Life and the Politics of the Constitutional Monarchy (1885-1908)*, Oxford, dissertação de doutoramento, 1997, capítulo 4.

²⁷ V. Homem Cristo, *Notas da Minha Vida e do Meu Tempo*, Lisboa, Livraria Guimarães, s. d., vol. vi, pp. 143-145.

de neutralidade, que se traduziu na renúncia do rei a usar a prerrogativa constitucional de dissolução da Câmara dos Deputados. Esta abstenção, que apenas agravou o impasse parlamentar, frustrou todos os chefes de partido e levou-os, finalmente, a ressentirem o rei como um obstáculo. Por fora, o «reinado» de D. Amélia pareceu sempre o regime da transigência amedrontada. Por dentro, a rainha fervia de indignação perante a ideia de que se pudesse dizer que ela pactuava com os assassinos do marido e do filho. Acima de tudo, continuou a enfrentar uma má vontade inabalável nos círculos políticos e da corte. Depois de 1910, um dos chefes monárquicos chegou a garantir a D. Manuel que a restauração em Portugal se faria facilmente caso houvesse o compromisso de a rainha não regressar a Portugal²⁸. A rainha sentiu-se sempre espiada e traída e nunca parou de desconfiar de toda a gente. O próprio D. Manuel, com as suas aventuras amorosas em Paris, inquietava-a (p. 206). D. Amélia fortaleceu-se recorrendo a duas poções: à fé e, acima de tudo, à lembrança de que era uma princesa de França: «Je ne veux pas démériter de ceux dont je viens: race et pays²⁹!» Para manterem o regime os governos confiaram no exército. D. Amélia, pelo seu lado, procurou garantias externas: encomendou o filho a Afonso XIII de Espanha (pp. 203-204) e procurou-lhe casamento com uma descendente da rainha Vitória. O fracasso deste último projecto, muito comentado em Lisboa, foi de péssimo augúrio para a monarquia.

Em 5 de Outubro de 1910, segundo Catinot-Crost, D. Amélia teria insistido para que o iate real partisse para o Porto, onde se organizaria a resistência (pp. 216-217). Mas a rainha estava preparada para o exílio. Tinha dinheiro e era boa a fazer contas. A sua principal preocupação foi casar D. Manuel. Durante a grande guerra colaborou com a Cruz Vermelha inglesa. Regressada a França e estabelecida em Chesnay (Versalhes), deu-se a uma intensa vida pública, meramente cerimonial, sobretudo em vilas de província, onde os notáveis e o clero local a festejavam entre aclamações de «viva a rainha»! O irmão, o duque de Orleães, nunca foi um verdadeiro pretendente, como o pai, e habituou-se a tratar D. Amélia como a vice-chefe da casa de França. De resto, D. Amélia frequentou as rotas da aristocracia por Itália e Inglaterra, destacando-se sempre pelo seu excelente apetite. Sobre Portugal informava-se pela leitura diária da *Voz*, de Fernando de Sousa. Ideologicamente, a rainha evoluiu do orleanismo liberal para uma espécie de nacional-catolicismo, alimentado por violentos acessos de patriotismo e grande empenho num renascimento religioso — uma evolução já anunciada pelo pai nos últimos anos (quando perdeu a esperança de restaurar a monarquia francesa), consumada pelo irmão (que em 1911 se aproximou da *Action française*), e

²⁸ Lavradio, *Memórias*, p. 184.

²⁹ Corpechot, *Souvenirs*, cit., p. 224.

ecoada por D. Manuel, mas muito ambigualmente³⁰. A monarquia tradicionalista, católica e antipartidária, iria provocar a ira dos monárquicos liberais portugueses e não convencer os integralistas³¹. Era, de facto, uma fórmula que traduzia a marginalização política do monarquismo, mais do que uma viragem decisiva. D. Amélia fez-se peregrina de Lourdes e devota de Santa Teresa do Menino Jesus e da Virgem de Fátima. Deu-se com Charles Maurras muito intimamente (p. 265) (não se sabe como reagiu à decisão do sobrinho, o conde de Paris, de romper, em 1937, com a *Action française*, precisamente para relançar o monarquismo em França como uma força séria, mais ou menos centrista)³². Em 1940 aplaudiu Pétain, como, aliás, quase toda a gente em França. Como era de prever, teve sempre boa opinião de Salazar³³. Salazar tratou-a bem. Em 1932 prestou-lhe funerais reais ao filho. Em 1939 convidou-a a acolher-se a Portugal, convite que ela recusou: a princesa de França ficaria no seu país em guerra. Mesmo assim, a legação de Portugal forneceu-lhe uma bandeira da República Portuguesa para hastear na sua casa, onde passaria três anos solitários e gelados, sem aquecimento. Finalmente, em Maio de 1945, Salazar deu-lhe a «profunda consolação» (p. 345) de uma visita triunfal a Lisboa, trinta e sete anos depois do regicídio³⁴. Em contrapartida, D. Amélia parece ter seguido as instruções de Salazar em casos como os da Fundação da Casa de Bragança e da dotação dos novos pretendentes miguelistas.

³⁰ Sobre as evoluções ideológicas dos últimos chefes da casa de França, v. T. Zeldin, *France, 1848-1945. Politics and Anger*, Oxford, Oxford University Press, 1979, pp. 62-63.

³¹ António Cabral, *Cartas d'el Rei D. Manuel*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1933, pp. 62-64.

³² Certamente que não por acaso, em Portugal, foi esse o momento em que saíram em livro os artigos de António Sardinha a denunciar D. Manuel como um monarca à Guizot, um homem do «justo meio» e cúmplice da República (v. *Processo dum Rei*, Porto, Livraria Civilização, 1937).

³³ D. Amélia dava-se com o padre Matteo (p. 323), possivelmente o mesmo que aconselhara Salazar e o cardeal Cerejeira em Coimbra em 1927.

³⁴ A visita teria funcionado como um teste oficial à receptividade da ideia de consentir no regresso da família real a Portugal (v. Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, D. Quixote, 1986, p. 193).